



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

**Impresso
Especial**

1000014810-DR/BSS
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVII - nº 61
Set/Out de 2009

Riqueza ameaçada

O Distrito Federal já perdeu 70% da sua cobertura vegetal e 20% das espécies vegetais do cerrado. Enquanto isso, as poucas áreas de preservação estão cada vez mais sufocadas pela especulação imobiliária



ser vivo cerrado

O 11 de setembro feito Dia Nacional do Cerrado nasce na homenagem ao ecopalhaço e filósofo militante das ruas Ary Pararaios. Jornalista, irmão de muitas lutas pela natureza (humana, principalmente) e parceiro de ações dramáticas do grupo brasileiro Esquadrão da Vida. Para ele escrevi alguns temas, como *O lucro que se tem com a mata / mata o louco que se tem com o lucro*; *Omissão, o pior míssil*; *O bicho só vai pegar porque pegaram o bicho*; e o hoje lamentavelmente ainda muito oportuno *Ética não é titica*, entre muitos.

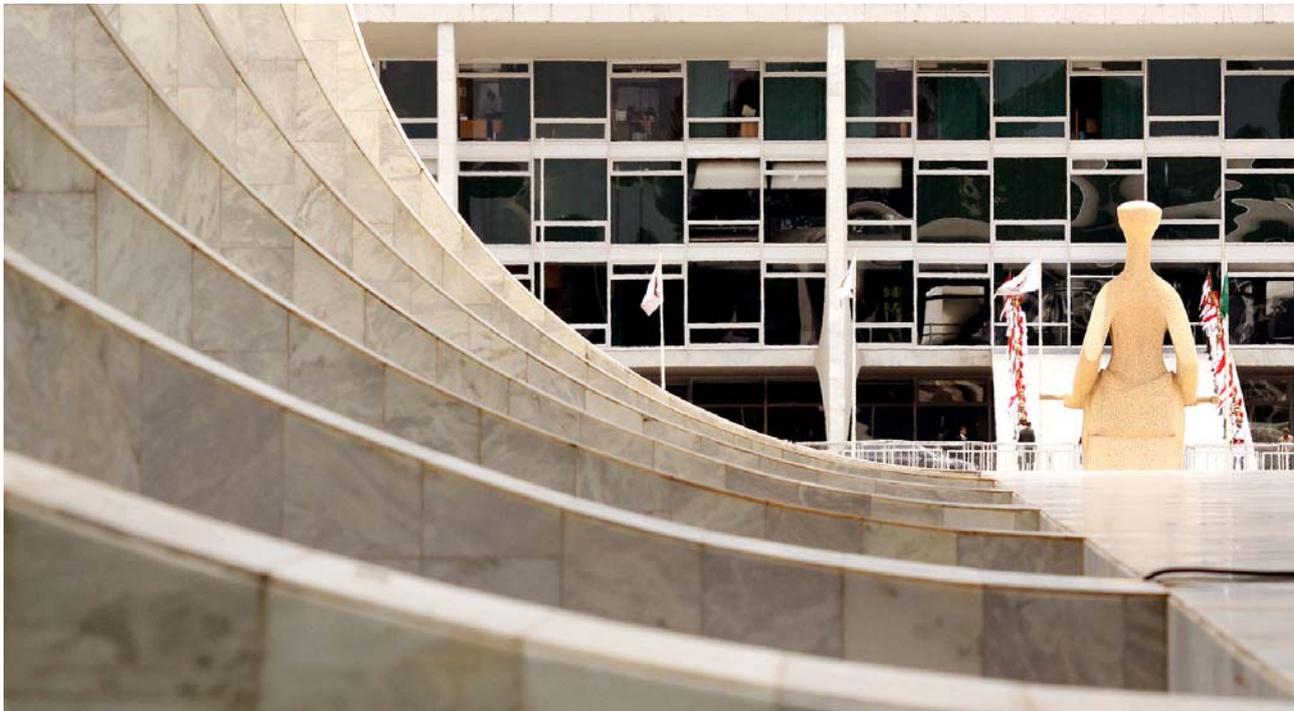
A perda do bioma cerrado é alarmante e mais ainda o desprezo sobre esse “bonsai gigante” como vitalidade para o ambiente. Na melhor prova de que Deus escreve certo pelas árvores tortas, o cerrado é símbolo de resistência sertaneja que se faz uma floresta invertida na busca de água para atravessar a seca.

O cerrado como um ser vivo, de riqueza singular, nem mesmo recebia, digamos, “admiração estética” pelo desafio que impõe ao exigir um tempo contemplativo mais sábio para descobrir nuances sutis de exuberância. Uma beleza que tem seu esplendor não percebido ao contato apressado. Revela-se devagar como um ato amoroso.

O Ministério do Meio Ambiente lançou o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado, o PPCerrado, para coordenar, articular e executar iniciativas no combate ao desmatamento na região. Desenrola na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/95, que considera o Cerrado como patrimônio nacional.

Ser vivo, cerrado! Correta essa ligação de um artista de rua que celebrava o ar pela co-inspiração dos verdes contra a conspiração dos ácaros e toda esta mídiamediocridade que nos assola. ÉTICA NÃO É TITICA.

TT CATALÃO



AO LEITOR

Justiça: demanda da sociedade depende de bons profissionais

Mobilizar para conquistar



ROBERTO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

Com o empenho e a atitude que lhe são característicos, o Sindjus transformou setembro em um mês de mobilização. Seguindo um caminho transparente e democrático, construído em conjunto com os delegados sindicais, o sindicato tem percorrido cada órgão do Poder Judiciário e do MPU no intuito de conversar com os servidores sobre a situação do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, bem como organizar a unidade da categoria. Essas assembleias

setoriais têm como objetivo manter os filiados bem informados, esclarecer dúvidas e começar a organizar e preparar a categoria para os próximos passos dessa luta.

A pauta é clara: exigimos das administrações o envio imediato ao Congresso dos projetos de reajuste salarial. Não há mais o que esperar. Já que a discussão sobre muitos pontos da carreira ficará para um segundo momento, é hora de levar aos parlamentares a proposta de reajuste salarial de duas categorias que estão com tabelas muito defasadas em relação a outras car-

reiras de atribuições semelhantes. O envio é fundamental. Ainda mais porque a viabilização de um plano como esse, de acordo com nossa própria experiência, é uma luta árdua que depende de cada um de nós.

A intenção sempre foi a de resolver as questões que envolvem esse projeto por meio do diálogo. No entanto, com os adiamentos sucessivos de envio, já contamos com a possibilidade de promover paralisações e, até mesmo, uma greve. Para tanto, as reuniões setoriais são base para uma assembleia geral que irá acontecer também em setembro (dia 23). E, como desde o início dessas discussões, a vontade que prevalecerá será a do conjunto da categoria. O sindicato é apenas um instrumento de combate movido pelos anseios de seus servidores.

As lutas anteriores ensinaram que as conquistas só vêm a partir da nossa unidade e da nossa mobilização. Só assim pode-se superar a falta de vontade política e as velhas desculpas, como falta de orçamento. Temos conversado com presidentes de tribunais e procuradores do MP em busca de entendimento. No entanto, quero deixar claro que nossa conversa maior, nosso diálogo permanente e nosso compromisso é com a categoria.

Portanto, a sua participação nas atividades que o sindicato tem desenvolvido em prol da viabilização deste novo PCCR é o que norteará nossos passos e nos sagrará, mais uma vez, vitoriosos.

“Exigimos das administrações o envio imediato ao Congresso dos projetos de reajuste salarial. Não há mais o que esperar. As tabelas estão muito defasadas em relação a outras carreiras de atribuições semelhantes.”

A Lei de Anistia trinta anos depois



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

A Corte Interamericana de Direitos Humanos vem sistematicamente considerando sem validade jurídica disposições de autoanistia para impedir a sanção a quem, agente do Estado, tenha cometido violações graves como torturas e execuções sumárias.

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dôo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Há 30 anos, em 28 de agosto de 2009, era sancionada a Lei de Anistia no Brasil. A campanha da anistia foi, talvez, a primeira bandeira a organizar a resistência política como condição para operar a transição entre o regime autoritário instalado em 1964 e a retomada democrática em nosso país.

Tenho observado ser possível caracterizar, no Brasil, três condições que qualificam essa transição: a Constituinte, a anistia e o acesso à verdade com a abertura dos arquivos que escondem os fatos relativos às ações de repressão desse período.

A Constituinte tem um relevo evidente porque a Constituição da transição permitiu um espaço de mediação razoável para liberar as energias democráticas não contidas totalmente pela experiência do terrorismo estatal. Como palavra de ordem para abrir a transição, ela permitiu a entrada em cena de novos movimentos sociais, populares e sindicais, cujos projetos de sociedade tiveram inscrição na Constituição de 1988, para caracterizá-la como expressão de uma cidadania participativa.

O tema da abertura dos arquivos do período de repressão política, na vigência do regime militar de 1964-1985, tem mobilizado uma opinião firme em apoio a essa orientação e não se coaduna com resistências intempestivas, já há muito superadas em países que vivenciaram experiências dramáticas semelhantes. Com efeito, fruto de um debate intenso, a questão da memória e da verdade levou a Organização dos Estados Americanos (OEA) a adotar em 2006 resolução que reconhece o direito à verdade e à memória e sua exigibilidade para garantir o fim da impunidade e proteger os direitos humanos.

A anistia galvanizou, de fato, o imaginário democrático, e culturalmente ganhou o sentimento de oposição ao regime. Mas, definida em 1979, ainda na vigência do regime militar, embora tenha permitido uma reinserção à política de militantes sentenciados pelo regime, por ele banidos ou exilados, realizou-se de forma restrita e abrigou no texto legislativo uma espúria remissão a agentes da repressão e a torturadores.

Agora, trinta anos depois, seguindo o que vem ocorrendo em outros países do chamado Cone Sul

que vivenciaram a exacerbação repressora do período, avoluma-se um movimento muito consistente para rever o vício da autoanistia inscrito no modelo comum daquela conjuntura. Na Argentina, no Chile, no Uruguai tem havido revisão de processos para alcançar os agentes do Estado, torturadores e autores de crimes comuns, protegidos pela interpretação de salvaguarda que se desenvolveu à época, exatamente para protegê-los.

Há, em curso, um debate jurídico aberto a partir de investigações instauradas pelo Ministério Público, de ações propostas por familiares de vítimas dessas práticas e, inclusive, por ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) apresentada ao Supremo Tribunal pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, exatamente com o objetivo de que o STF declare que a anistia concedida pela Lei nº 6.683 não se estende a crimes comuns praticados por agentes da repressão contra opositores políticos durante o regime militar.

Esses procedimentos não têm a intenção de reduzir a disposição própria das leis de anistia, cujo alcance político é, historicamente, reconhecido e bem definido num horizonte de reconciliação nacional, mediante o fundamento de revelação da verdade, mas a de expurgar – na melhor direção do princípio de inviolabilidade das normas imperativas do direito internacional dos direitos humanos (*jus cogens*) – elementos que lhe são incompatíveis, entre eles os que expressam razoavelmente a condição de crimes contra a humanidade.

É nessa linha de princípios que a Corte Interamericana de Direitos Humanos vem, sistematicamente, considerando inadmissíveis (ver Caso Barrios Altos, referente ao Peru, e Caso Almonacid Arellano e Outros, referentes ao Chile), e portanto sem validade jurídica, disposições de autoanistia e disposições que estabeleçam a exclusão de responsabilidade para impedir a apuração e a sanção a quem, agente do Estado, tenha cometido violações graves como torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, todas elas práticas proibidas por contrariarem direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.



ISABELA LYRIO*

“ Fiz essa foto na Escola Parque da 210 Norte, para o jornal UnB Notícias. A matéria era sobre a obrigatoriedade das aulas de música no ensino fundamental. A professora disse que, por determinação da Secretaria de Educação do DF, não poderia aparecer o rosto das crianças. Para fugir do lugar-comum da silhueta, comecei a brincar com as sombras e os instrumentos que os meninos tocavam.

Sempre que saio a trabalho, além de fazer o registro tradicional, fico brincando de ver meu mundo. Às vezes os editores entram nele comigo e publicam a foto. Nesse caso ela não foi publicada, mas está na minha caixinha de imagens prediletas. ”

* Fotógrafa da Universidade de Brasília, membro da Associação dos Fotógrafos de Brasília e do Coletivo Fotográfico Punctum



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Manguiera Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira

CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO



Revista do Sindjus

Edição
Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem
Carlos Tavares
Daniel Campos
Fabiola Góis
Thais Assunção

Colaboradores
José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão

Revisão
Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte
Usha Velasco

Tiragem
15.000 exemplares

Retratos do descaso

Carentes de tudo, de recursos humanos a papel para impressora, as poucas unidades existentes no DF mostram que o governo não dá prioridade às políticas de proteção a crianças e adolescentes

Fabiola Góis

Salas sem ventilação, sem privacidade, em locais distantes e com pouquíssima infraestrutura. Essa é a realidade física que os novos conselheiros tutelares encontrarão ao assumir os cargos na próxima gestão. A eleição está prevista para ocorrer no dia 4 de outubro próximo (veja a lista completa dos candidatos no nosso site – www.sindjusdf.org.br). A Revista do Sindjus visitou oito dos dez conselhos tutelares do DF, anotou as reclamações dos atuais conselheiros e mostra os desafios que os ocupantes dos cargos terão ao assumir o mandato de três anos.

Com exceção do Conselho Tutelar de Taguatinga, que recebeu uma nova sede no ano passado, todos os demais são o retrato do descaso que as autoridades têm com a causa da criança e do adolescente no DF. O imprevisto é uma regra no atendimento às denúncias de violação de direitos da infância e da juventude. E, se não há uma estrutura mínima para o atendimento nesses conselhos, quem mais sai perdendo é a família que

precisa de apoio e orientação sobre os dramas que enfrenta.

Uma análise comparativa da infraestrutura dos conselhos tutelares do DF no período de 2004 a 2008, elaborada por Consuelo Vidal de Oliveira Feijó*, servidora do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), mostra que os flagrantes de desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente ainda persistem. O aumento populacional e o baixo número de conselhos dificultam o atendimento aos moradores.



Paranoá: paredes de madeirite, gambiarras perigosas e alagamento quando chove



PATRICK GROSNER



Francisco José: na base da boa vontade, conselheiros montaram posto descentralizado em São Sebastião

ARTHUR MONTEIRO

Por que os conselhos não funcionam como deveriam?

- Falta infraestrutura adequada nas unidades de atendimento (automóveis, material de escritório, espaço físico e recursos humanos).
- A rede de atenção encontra-se fragmentada, pois os programas são insuficientes para o atendimento integral à criança e ao adolescente.
- A comunidade e às vezes até os integrantes da rede desconhecem as atribuições do conselho tutelar.
- O número de casos encaminhados aos conselhos é superior à capacidade de atendimento dos cinco conselheiros de cada unidade.
- As políticas públicas voltadas ao atendimento integral da criança e do adolescente do DF são insuficientes (faltam vagas nas creches, programas de atendimento para dependentes químicos e programas para famílias em situação de necessidade).
- Falta capacitação sistemática e continuada dos conselheiros.
- Não há compromisso dos órgãos governamentais e da Coordenação dos Conselhos Tutelares do DF para garantir o pleno funcionamento desses órgãos.

Fonte: Análise Comparativa da Infraestrutura dos Conselhos Tutelares do DF no período de 2004 a 2008, elaborada pela servidora do MPDFT Consuelo Vidal de Oliveira Feijó.



Conselho Tutelar de Brasília: cinco pessoas para atender 14 regiões administrativas

Muito a fazer

O número de conselheiros no Distrito Federal já não é suficiente, e nem mesmo o número de carros. O Conselho Tutelar do Paranoá, por exemplo, tem apenas um veículo para atender a população de três cidades (Itapoã, Paranoá e São Sebastião), avaliada em mais de trezentas mil pessoas, inclusive na área rural.

Na avaliação dos próprios conselheiros ouvidos pela reportagem, a pior infraestrutura de um conselho tutelar hoje existente no DF é a do Paranoá. É numa sala de cinquenta metros quadrados, com paredes de madeirite, que os cinco conselheiros atendem a população, sem nenhuma privacidade. Quando chove, o local fica alagado.

A boa vontade dos conselheiros do Paranoá é indiscutível. Eles montaram um posto descentralizado, em São Sebastião. Na sala de trinta metros quadrados funcionava um depósito; ela foi emprestada pela Administração Regional da cidade e dividida com o Núcleo de Liberdade Assistida da Justiça do DF. O conselheiro Francisco José Tiodósio, o Ninã, confessa que não é a melhor opção para o atendimento, mas é a saída encontrada enquanto a cidade não receber uma sede para o Conselho Tutelar.

Ninã está em seu último mandato e

não pode ser reeleito. Ele conta que faz as visitas a pé ou de ônibus. Sempre que precisa usar a impressora, tem de se deslocar até a sede do Conselho do Paranoá. "Praticamente todos os conselhos do DF estão nessa situação. Os novos conselheiros encontrarão melhores condições do que quando eu cheguei, mas muito ainda precisa ser feito", observa.

Outra reclamação dos conselheiros é o horário de atendimento nos órgãos – apenas nos dias úteis, de segunda a sex-

ta-feira, das 8h às 18h. Boa parte de abusos e maus-tratos cometidos contra crianças e adolescentes ocorre nos fins de semana e no horário noturno. Nessas situações, vítimas e autores são encaminhados aos órgãos do GDF. Geralmente esses casos só são encaminhados ao conselho tutelar no primeiro dia útil seguinte. Mas, quando tomam conhecimento dos casos, os conselheiros atuam em esquema de plantão, sem receber um centavo a mais pela jornada estendida.



Rosimere: sem rede de proteção



Ana Maria: é preciso engajamento

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

“Não somos heróis”

Em contraste com o do Paranoá, o Conselho de Taguatinga reúne as melhores condições no Distrito Federal. O prédio foi inaugurado no dia 5 de junho de 2008, ano do cinquentenário de Taguatinga. A localização é boa — próximo ao Alameda Shopping. Na recepção há cadeiras confortáveis e uma equipe de funcionários para fazer o pré-entendimento.

Os cinco conselheiros têm salas individuais com portas, o que possibilita sigilo e privacidade nas conversas. Há também um computador para cada um deles, além de impressora e xerox. A única deficiência na parte de infraestrutura, na avaliação da conselheira Rosimere de Oliveira Nunes, é a falta de pessoal para apoio administrativo.

Rosimere também observa que o nú-

mero de conselheiros é muito pequeno para atuar junto aos quinhentos mil moradores de Taguatinga, Águas Claras e Vicente Pires. E avisa aos futuros conselheiros que a jornada deles não será fácil: “É comum excedermos nosso horário de trabalho. Não podemos fechar os olhos para uma emergência. Não somos heróis, recebemos ameaças e não temos nenhuma rede de proteção para o nosso trabalho.” Rosimere está no segundo mandato e voltará para seu órgão de origem, no GDF.

Se os cinco conselheiros tutelares de Taguatinga se desdobram para atender quinhentos mil moradores, o que dizer dos cinco conselheiros de Brasília? O órgão, que funciona no antigo Touring, próximo ao Conic, atende uma população de quase um milhão de habitantes em catorze

regiões administrativas: Brasília, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo I e II, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, Setor de Indústria e Abastecimento e Jardim Botânico.

A conselheira Ana Maria da Silva comenta que a maior característica que deve ter um conselheiro tutelar é a dedicação total à causa da criança e do adolescente. “Alguns querem ser eleitos para ter um emprego. Mas nós temos muitas responsabilidades e precisamos estar engajados na nossa comunidade. Caso contrário, é só frustração”, avisa.

IMPOSSÍVEL

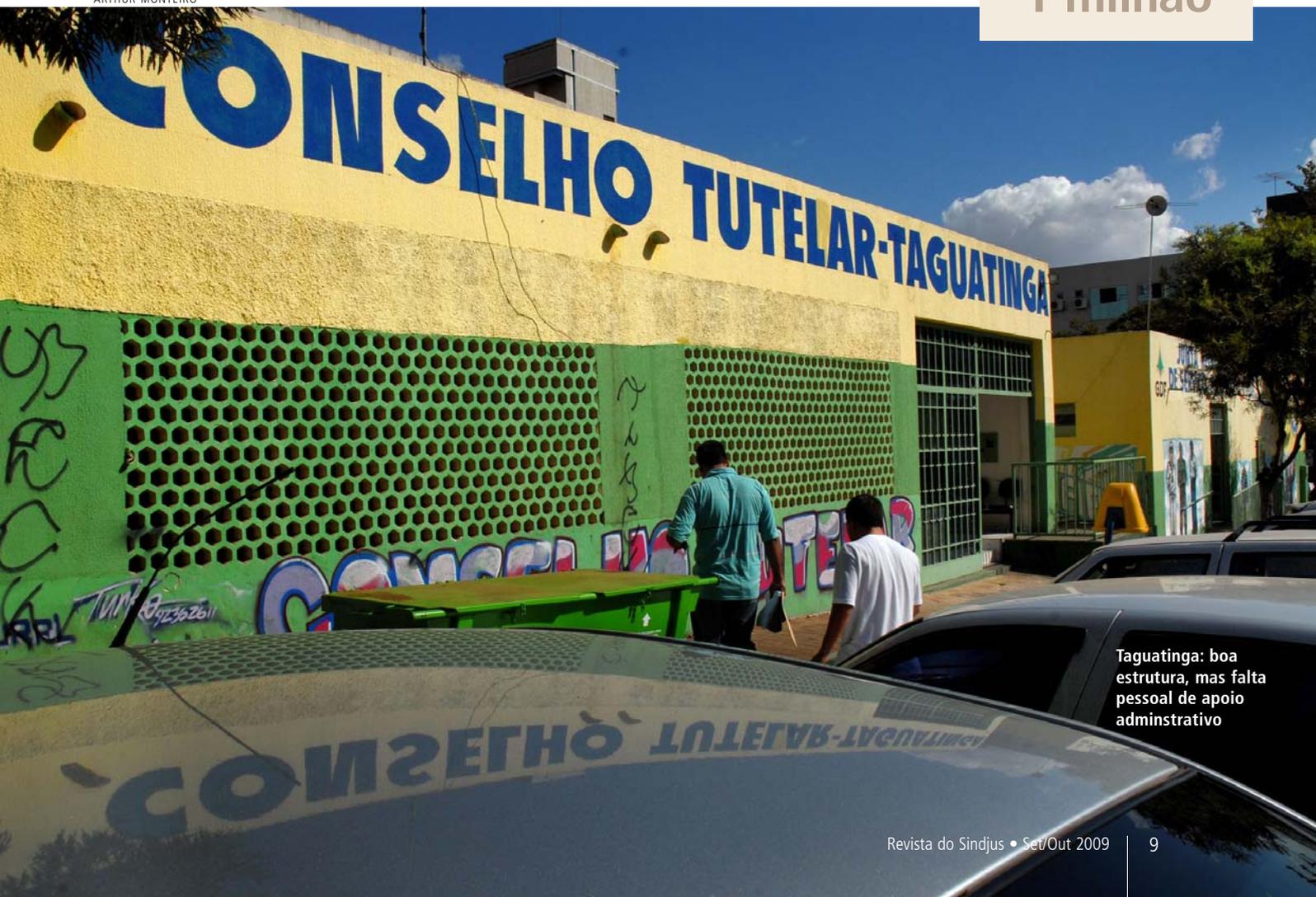
Há apenas cinco conselheiros em Taguatinga para dar conta de

500 mil

pessoas. No Conselho de Brasília, a situação é pior: os cinco conselheiros são responsáveis por uma população de quase

1 milhão

ARTHUR MONTEIRO



Taguatinga: boa estrutura, mas falta pessoal de apoio administrativo

Falta tudo, desde carros até papel

A análise comparativa de Consuelo Feijó mostra que desde 2004 os conselhos funcionam de forma precária. Poucos possuem estrutura física adequada, equipe de apoio administrativo e materiais suficientes para exercício das funções previstas no ECA. O Conselho de Santa Maria, à época, estava instalado num barracão onde eram depositados restos de materiais. Os veículos muitas vezes apresentavam problemas mecânicos e, quando encaaminhados à oficina, não eram substituídos, impedindo, assim, ações emer-

genciais dos conselheiros.

Hoje, o Conselho está instalado em uma área distante do centro da cidade, em um prédio improvisado, localizado em um endereço difícil de achar, na Área Especial B, perto da Igreja São Vicente. Mas quem não conhece essa igreja se complica para chegar ao local. O acesso é dificultado pelas poucas linhas de ônibus na região. A conselheira Maria dos Aflitos Reis Gonçalves conta também que as salas são muito próximas umas das outras, o que permite que

se escutem os diálogos ao lado.

Todos os conselhos tutelares do DF possuem um carro de uso exclusivo, mas esse número é insuficiente para o pleno exercício de suas funções. Boa parte do mobiliário foi doada pela comunidade e por órgãos públicos, ou são emprestados. Nem sempre estão em bom estado de conservação.

O Conselho do Gama não é muito diferente do de Santa Maria. O local também é de difícil acesso. As salas são escuras e com pouca ventilação. Não há privacidade durante as conversas.

No Conselho Tutelar de Ceilândia, a falta de estrutura também é visível. Os processos dos atendimentos estão guardados em arquivos precários e são difíceis de manusear. As divisórias só separam as salas, mas não garantem privacidade nenhuma no atendimento. O conselheiro Evaldo Cardoso conta que muitas vezes são os próprios conselheiros que tiram dinheiro do bolso para comprar tonner e papel para a impressora, canetas e outros itens de escritório. Com relação às políticas públicas, ele se ressentido de uma atividade mais conectada do Estado com os conselhos e suas necessidades.

“Muitas vezes acionamos os órgãos que deveriam proteger a criança, mas eles não nos atendem. Faltam políticas públicas para os conselhos, sobretudo para fazer funcionar melhor o sistema de proteção à criança e ao adolescente”, afirma Cardoso.



ARTHUR MONTEIRO

Evaldo Cardoso, do Conselho de Ceilândia: compras com dinheiro do próprio bolso

Quem são e o que fazem os conselheiros

Conselheiros tutelares são pessoas eleitas pela comunidade com condições de avaliar e decidir, com responsabilidade, quais providências devem ser tomadas se crianças, adolescentes e famílias tiverem seus direitos ameaçados ou violados. Entre suas atribuições estão:

- Aplicar medidas de proteção à criança e ao adolescente.
- Requisitar serviços públicos como saúde, educação, serviço social, segurança, previdência e trabalho.
- Representam junto ao juiz da Vara da Infância e Juventude quando suas determinações forem descumpridas por pessoas

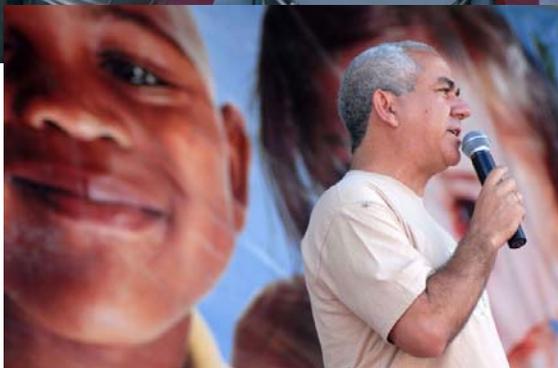
ou autoridades de forma injustificada.

- Encaminham ao Ministério Público denúncias sobre violação de direitos da criança e do adolescente.

Fonte: Cartilha elaborada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF e pela Coordenação de Apoio Técnico aos Conselhos Tutelares.



São Sebastião foi um dos palcos da campanha do Sindjus pela criação de mais conselhos. Abaixo: Policarpo em dia de campanha e apresentações no Cruzeiro



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Uma campanha cidadã

A luta para a instalação de 23 novos conselhos tutelares ganhou força com a decisão TJDF, que negou provimento ao recurso do GDF contra a decisão do juiz da Primeira Vara da Infância e da Juventude do DF para a criação dos conselhos.

A notícia serviu de alento aos atuais conselheiros, que trabalham com uma demanda muito maior do que a prevista. Mas o GDF já anunciou que vai recorrer novamente. A legislação prevê um conselho para cada 200 mil habitantes. O de Brasília, que atende catorze Regiões Administrativas, atende muito acima dessa capacidade, com apenas cinco conselheiros.

Enquanto o GDF não instala os novos conselhos, a população se mobiliza. Têm sido um sucesso os eventos organizados pelo Sindjus nas cidades onde ainda não há uma unidade. O primeiro deles, no dia 22 de agosto, na Candangolândia, reuniu dezenas de crianças que participaram de atividades lúdicas, brincadeiras e shows musicais. No Cruzeiro e em São Sebastião, o sucesso foi o mesmo. A ideia é conscientizar os pais sobre a importância dos conselhos e cobrar dos deputados distritais a votação da primeira Emenda à Lei Orgânica, de iniciativa popular, para a ampliação do horário de funcionamento e criação dos 23 novos conselhos tutelares.

“Colhemos mais de trinta mil assinaturas em apenas dois meses”, diz Policarpo, coordenador-geral do Sindjus. “Isso mostra o quanto essa demanda é urgente para a população. O Sindicato se orgulha de levar adiante essa luta”, afirma.

Paraísos perdidos

Especulação imobiliária destrói cada vez mais as áreas de preservação, que também sofrem com abusos de agricultores e com a falta de fiscalização por parte do governo

Fauna nativa: filhotes de veado campeiro e de tamanduá-mirim em Águas Emendadas



FOTOS: EVANDO FERREIRA LOPES

Carlos Tavares

O rastro de sangue apareceu na estrada de barro batido na manhã de segunda-feira, às margens de Lagoa Bonita, próximo a uma das nascentes da área de proteção de mananciais Mestre D' Armas, na Estação Ecológica de Águas Emendadas. O sangue foi identificado por Miguel Gonçalves como sendo de uma capivara que caçadores haviam abatido um dia antes, provavelmente ao cair da noite do domingo, horário em que praticamente cessam as fiscalizações da Polícia Ambiental na área de 10.547 hectares.

Seu Miguel, 63 anos, funcionário da reserva biológica há 41, desde a sua criação, em 1968, acompanhou as pegadas de sandálias havaianas e as manchas de sangue coagulado por cima de pedregulhos e entre ninhos de cupins; observou as hastes quebradas de uma touceira de capim-gordura e apontou mais adiante: "Olha, são dois. Eles foram por aqui, ó. Veja o capim quebrado, a profundidade das passadas; eles amarraram a capivara pelas patas, penduraram numa vara e foram por ali", apontou em direção ao córrego Sarandi.

Na língua tupi-guarani, Sarandi significa "boca-doce" ou "fruta pequena", como a pitanga ou ainda um tipo de laranja que era muito frequente no cerrado, explica seu Miguel, orgulhoso de conhecer tudo o que diz respeito à Estação de Águas Emendadas, a 55 km de Brasília, uma extensão de sua casa e da sua vida de fiscal aposentado, mas ainda em atividade.

Na mesma segunda-feira, dia 24 de agosto, por volta das 17h30, chegou a notícia de que policiais militares de Planaltina –

que trabalham em um posto dentro da reserva – haviam apreendido dois moradores de sítios vizinhos. Eles negaram ser caçadores e afirmaram desconhecer o episódio da capivara. "Eles sempre dizem isso. Antes era muito pior. Eu mesmo já peguei muita gente dessas fazendas e chácaras que entravam na reserva para caçar pássaros, antas, veados, tatus, capivaras; e que iam pescar na lagoa", testemunha Miguel, observando um casal de tucanos que há pouco pousara em uma árvore. "Aqui tem muito pica-pau, seriemas, coelhos-do-mato, cascavel e outros bichos de cerrado", comentou.

O ronco das máquinas e dos caminhões ecoa dia e noite nos campos da Fazenda do Vasco, durante o período de colheita de soja. Os limites da plantação desafiam a lei da zona de amortecimento (área de três quilômetros no entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a restrições, para minimizar os impactos ambientais) e avançam até encostar na cerca. Em seguida vem a época de semeadura e a aplicação de agrotóxicos, para assegurar uma safra farta.

É comum ver pássaros-pretos mortos no meio dos canteiros de soja, envenenados após bicar grãos com defensivos. E também nas estradas e caminhos da Estação, que abriga um tesouro da natureza: o Divisor de Águas, formado por duas nascentes que fluem direções opostas – uma abastece a Bacia Platina; a outra, a Amazônica. Dessas nascentes surge o córrego Brejinho, que alimenta a bacia do Paraná, e o córrego Vereda Grande, que flui para a bacia do Tocantins/Araguaia. Daí o nome Águas Emendadas, fenômeno raro em todo o planeta.



Em Águas Emendadas, nascente divide-se em duas e alimenta bacias de norte a sul do país: fenômeno raro no planeta



Miguel Gonçalves:
"Não respeitam nada, não temem nada"

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Problemas por todos os lados

Praticamente no centro da reserva está a lagoa Bonita, atualmente deprimida pelo assoreamento provocado pelas atividades agrícolas não somente da Fazenda do Vasco, mas também das fazendas Umbuzeiro, Salazar, do Monteiro e chácara do Bambu, entre outras, todas fruto de invasões e de grilagem de terras nas décadas de 1960 e de 1970. “Ela (a lagoa) já perdeu metade da água”, diz Miguel.

A reserva de Águas Emendadas está

cercada de problemas por todos os lados. Na mesma tarde de segunda-feira, seu Miguel avistou, do mirante no Centro de Informação Ambiental, a silhueta de duas figuras sobre um lajedo. De longe dava para perceber que eram pescadores.

“Não tem jeito, por mais que a gente vigie eles entram, não respeitam nada, não temem nada”, diz, com ar aborrecido mas sem se deixar abater, “porque a vida é assim mesmo”, afirma, e “a gente tem que cumprir o nosso papel. Se eles estão errados, problema deles.”

Seu Miguel tem razão. O que importa é cumprir o papel de defesa dos direitos

ambientais, o que não ocorre, em geral, com os representantes oficiais que deveriam evitar, por exemplo, a construção do condomínio que praticamente eliminou a zona de amortecimento da reserva. Fica do lado de Planaltina e chama-se Mestre D’Armas, um aglomerado mal construído, erguido às pressas para mostrar que veio para ficar, como ocorre em outros pontos onde proliferam invasões e desrespeitos às leis ambientais, bem diante do nariz do GDF.

“Todas essas áreas urbanas onde se ergueram condomínios estão embargadas e as atividades das fazendas em litígio com

Lagoa Bonita: metade da água perdida por causa do assoreamento causado pela agricultura em volta da reserva



o governo estão sendo controladas, enquanto a Justiça não decide sobre a desapropriação das terras”, explica o diretor de Águas Emendadas, Aylton Lopes. “Nossos problemas são graves, mas o Jardim Botânico, o Flona e o Parque Nacional têm problemas ainda mais sérios”, acrescenta. Segundo Lopes, um plano de manejo em andamento, que prevê aplicação de medidas para recuperar áreas degradadas, é a esperança de restituir à natureza o que roubaram dela ao longo desses anos. “É possível controlar as ações que degradam o meio ambiente. Estamos fazendo o possível, pelo menos na nossa área”, afirma.



Reservas não podem virar ilhas

A degradação em Águas Emendadas é a mesma causada pela ocupação desordenada em torno do Parque Nacional e do Jardim Botânico, entre outras áreas de cerrado. “O Distrito Federal foi desfigurado. O sistema de regularização fundiária ajudou o desordenamento territorial. O passivo ambiental vai acompanhar este e outros governos por muito tempo”, afirma a promotora de Defesa do Meio Ambiente Marta Eliana de Oliveira, para quem as reservas citadas estão se transformando em “ilhas”.

A palavra sugere isolamento, ruptura de comunicação, inexistência de contato entre pessoas e pontos geográficos. E, nesse caso, significa que além dos limites desses parques não ocorrerá mais a reprodução da vida que enriquece o patrimônio silvestre. Todo o sistema biológico que pulsa na terra, na água e no ar está fadado a se esgotar por si próprio, entregue a suas próprias condições de resistir às agressões em seus habitats.

“Com essa grande pressão antrópica (atividades humanas sobre áreas rurais,

como a construção indiscriminada de núcleos urbanos), elimina-se a possibilidade de corredores ecológicos antes mesmo de eles existirem. Dentro de alguns anos, espécies que já estão em processo de extinção ganharão ainda mais impulso em direção ao fim”, analisa Eliana. Porém, ela confia na força da sociedade para mudar esse quadro.

“Recuperar o que foi perdido é impossível, mas acredito na consciência da sociedade e em seu poder transformador para vivermos de uma maneira mais saudável”, antevê a promotora. “O que precisa ser feito é impedir que a dinâmica da vida urbana interfira na silvestre. As nossas três grandes áreas de preservação que ainda resistem – Águas Emendadas, Jardim Botânico e Parque Nacional – e que de certa maneira ainda estão preservadas vão se transformar em ilhas. Ou melhor, já estão se transformando”, advertiu.

Ela se refere à proximidade da Cidade Estrutural com o Parque Nacional; à depredação do acervo florestal e da fauna de Águas Emendadas, com os condomínios e as fazendas próximas; aos riscos de invasão do Jardim Botânico devido ao “Pólo Verde” (a exemplo da Fazenda do Vasco, que encosta em suas cercas); à duplicação da DF-001 e à proximidade de bairros como o Park Way e os futuros condomínios.

Mas esses fantasmas do poder político e econômico não assustam o diretor do Jardim Botânico, o arquiteto Jeanitto Gentilini. Segundo ele, é possível conviver com novos modelos de vida urbana. “Nesses condomínios pode-se criar áreas de amortecimento e fazer plantios para agregar valor. É fundamental que as pessoas saibam que moram ao lado de uma estação ecológica”, opina.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Corredores ecológicos

O plano de manejo do Jardim Botânico e de Águas Emendadas prevê a reposição do tecido vegetal e a criação de corredores ecológicos entre as áreas de preservação. Segundo Jeanitto, isso é fundamental: “Todos pensam que é criar corredores e preservar as espécies”, afirma. O corredor ecológico evitaria transformar as reservas em ilhas. Manter um percentual de vegetação ao longo dos riachos permitiria a passagem de animais de pequeno e grande porte por todo o sistema. Embora distantes uma da outra, as duas estações se comunicariam biologicamente.

O poder do dinheiro

A visão otimista da promotora de Defesa do Meio Ambiente Marta Eliana derapa na realidade do presente e em um futuro ameaçado pelos projetos imobiliários que avançam nos quatro cantos do DF, a partir de alterações das normas que regem o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, realizadas na calada da noite sob a pressão de grupos econômicos interessados em expandir seu patrimônio.

“O Estatuto da Cidade diz que deve ser prioridade a ocupação integral das áreas urbanas já existentes, antes de explorar novas áreas. Tudo isso para preservar o meio ambiente e aperfeiçoar os equipamentos públicos e o sistema viário já existente. Mas nada disso foi considerado no novo PDOT”, afirma a promotora Eliana.

Nessa nova fase de ocupação territorial desordenada do DF, um fator crucial para a compreensão desse vendaval de devastação ganha papel de destaque: a ampliação da zona de contenção urbana (ZCU, região que deve seguir critérios específicos, com baixa densidade populacional, nesse caso doze habitantes por hectare) e a subsequente transformação de áreas rurais em zonas urbanas.

Em 2007 foram criadas três ZCUs, no Gama, Ceilândia e Setor Habitacional Jardim Botânico. Com isso, a fazenda Santa Prisca, do empresário Luiz Estevão, com cachoeiras, riachos e matas, é atualmente uma “zona urbana”, assim como a fazenda São José de Pericumã, do senador José Sarney.

Não custa lembrar que o presidente do Senado propôs há pouco mais de um ano tombar a fazenda como patrimônio histórico, alegando que ali muitas decisões importantes para a democracia brasileira foram tomadas, quando ele era presidente da República. Mas o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF (DEPHA) negou a proposição.

No entanto, em meio ao embate com o DEPHA, Sarney resolveu vender 500 dos 520 hectares da fazenda para a construção de um condomínio de luxo. Talvez isso explique porque, em 1997, durante o governo Roriz, o PDOT transformou as terras de Luiz Estevão e de José Sarney em “zona urbana”.



Cerrado ameaçado: a expansão urbana, movida por interesses imobiliários, não se preocupa com o patrimônio ambiental

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

“Ainda não tem nada por lá, em termos de infraestrutura, mas em breve aquelas terras serão muito valorizadas”, avalia a promotora, que teme o surgimento dos chamados “alphavilles”, cujo primeiro modelo no DF será o bairro Noroeste. Outras áreas rurais transformadas em urbanas sem a mínima necessidade, diante do passivo de imóveis desocupados no DF, também explicam, em parte, a pressa de passar por cima da lei e construir, por exemplo, o Setor Catetinho, recentemente aprovado pelo governador Arruda – apesar do grito de revolta, mas sem eco político, de entidades ambientais.

O alerta sobre os riscos ambientais do Setor Catetinho, feito em fevereiro deste ano pelo presidente do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Gustavo Souto Maior, foi ignorado por Arruda e por outras autoridades ambientais do DF. “No PDOT atual a área urbana ocupa 18,08% do território. Segundo a nova proposta, passa a ocu-

par 23,29%. Só a Zona de Contenção Urbana acrescenta 4,69% de área urbana, e isso sem qualquer debate com a sociedade. O Catetinho é um exemplo de como estão dilapidando o patrimônio ambiental de Brasília”, critica Marta Eliana.

O estudo do IBRAM mostra que a construção do novo setor habitacional “fere várias normas ambientais, provocando, no futuro, grave assoreamento e poluição do ribeirão do Gama, um dos principais contribuintes do lago Paranoá, além de comprometer as nascentes do histórico Catetinho, que abastecem parte do Park Way e núcleos rurais com água potável”. No texto, Souto Maior prossegue: “A efetiva implantação dessa nova cidade, prevista inicialmente para 40 mil habitantes, aponta uma nova Águas Claras e entendemos que está na contramão do que o governo do DF prevê com relação ao sistema de tráfego nesse eixo de acesso a Brasília. E também na contramão das propostas de cidade sustentável.”



Perdas irre recuperáveis

De nada adiantaram as advertências. Os projetos imobiliários avisam que estão chegando e se multiplicando com muito mais rapidez do que há dez anos. Um estudo da Unesco que compreende um período de 44 anos, entre 1954 e 1998, mostra como a formação atual da paisagem do DF sofreu impactos com os processos de urbanização e com o crescimento da ocupação agrícola. “Esses são os principais responsáveis pela redução de áreas naturais de cerrado, como ocorre em Águas Emendadas”, afirma Aylton Lopes.

Segundo a pesquisa, onde hoje está o Distrito Federal havia, em 1954, uma cobertura vegetal de 109.414 hectares. Em 1998, esse número era de 57.770. Nos dez anos seguintes, mais uma expressiva fatia de vegetação nativa foi suprimida da face da terra para dar lugar a empreendimentos imobiliários e agrogócio. A Unesco calcula que, no período estudado, o DF perdeu 70% das matas e corpos d’água. Isso resultou também na perda de 20% das espécies de cerrado como samambaias, orquídeas, gramíneas, ervas, palmeiras e árvores lenhosas.

Ambientalistas advertem que o DF não comporta mais expansão urbana. Em 2007, quando a seca atingiu o auge, soou um alerta na Caesb. A empresa trabalha com uma vazão de 8,5 metros cúbicos de água; no período seco, esse volume esteve por um fio: 8,47. São evidentes os estragos nos espelhos d’água que compõem a bacia do Paranoá e outras no DF. E a situação tende a piorar, se nada for feito.

No Parque Nacional, os rastros da destruição da fauna e flora são visíveis diariamente. Com a proximidade com a Cidade Estrutural, a área sofre danos irreparáveis desde que o assentamento em torno de um lixão começou a crescer, em 1996. Funcionários costumam ver, atualmente, o que era uma raridade: animais mortos por matilhas de cães que invadiram a unidade de conservação.

Eles são chamados “cães ferais”: eram urbanos, mas voltaram às origens. A construção da Cidade Digital certamente provocará mais danos ao parque. “Mas esse não é privilégio desse ou daquele governo. Quando o superpoder econômico mostra suas garras, temos dificuldade de barrá-lo,” comenta Eliana.

“O MP atua, mas não decide. Esse poder está nas mãos dos políticos que elegemos”, acrescenta, referindo-se a uma ação contra o Catetinho, em 2003, que não teve força para impedir a criação desse setor habitacional e de outros que estão a caminho.

DESTRUIÇÃO

Em 1954, a cobertura vegetal do Distrito Federal era de

109.414

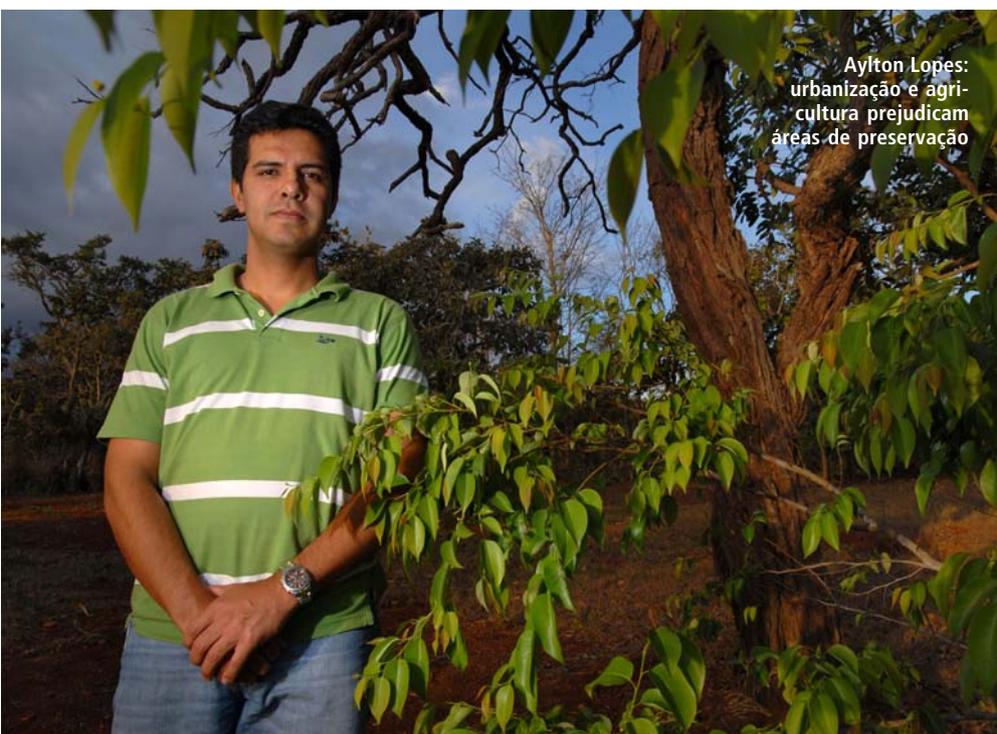
hectares. Em 1998, caiu para

57.770.

Atualmente já perdemos

70%

das matas e corpos d’água e 20% das espécies vegetais do cerrado.



Aylton Lopes: urbanização e agricultura prejudicam áreas de preservação

"Quando nos vamos pelos sertões em fora,
num reconhecimento penoso, verificamos,
encantados, que só podemos caminhar na
terra como os sonhadores e os iluminados."

EUCLIDES DA CUNHA



Como o próprio país
no processo de virar nação,
também a obra de Euclides

Só um | um

território não faz

Antes de tudo um for-
te. A frase símbolo
para o sertanejo tra-
duziu a resistência de
Canudos no massacre
das forças republica-
nas contra encurrala-
dos e maltrapilhos fi-
éis ao império do Conselheiro. No último
15 de agosto foi celebrado o centenário
da morte de Euclides da Cunha. Como o
próprio país no processo de virar nação,
também sua obra ainda não está suficien-
tamente avaliada nesse secular conflito e
confronto entre litoral e interior. Estamos
ainda no antigo combate entre os invaso-
res desembarcados em 1500 (a visão da praia
proa das caravelas) versus a visão da praia
(os invadidos pelas naus estrangeiras).



Só um território não faz um país. Só o
conjunto de símbolos não representa a pá-
tria verdadeira. Nessa construção material
e imaterial, a história não é propriedade
apenas dos círculos oficiais. A história não
acontece em ciclos previsíveis, de labora-
tório. É mais preciosa que precisa. Há sur-
presas. E há as intervenções humanas ex-
traordinárias, excepcionais pela entrega
obstinada aos novos entendimentos de
Brasil, como a de Euclides da Cunha (1866-
1909), escritor, jornalista, engenheiro e pro-
fessor. Um dos fundadores desse nacional
complexo, contraditório, singular, que nos
faz originais entre os povos do mundo.

da Cunha ainda não está
suficientemente avaliada nesse
secular conflito e confronto
entre litoral e interior

TT CATALÃO

RIGOR E PRIMOR

Para analisar sua obra recorre-se sempre a mais de
um ângulo, tal a riqueza de ângulos e, principalmente, o
valor artístico do estilo. Concisão apuradíssima em nar-
rativa impecável. Sem medo de detalhar. Sem escrupulos
com a opinião comprometida. Sem economia de infor-
mações que possam compor um universo maior além do
mero regional.

Euclides se apresenta como um talento fora do padrão.
Citar apenas o tratado épico do seu *Os Sertões* de 1902
(dividido em *A Terra, O Homem e A Luta*) é muito pouco.
Raro em narrativas nacionais que crie conexões entre o
político e o poético, ele ainda encontra fôlego para aten-
der tanto exigências clássicas de pesquisa quanto a emo-
ção temperada da reportagem que combina rigor e refle-
xão. Seus críticos, no entanto, recusam o que há de teoria
(científica) em sua obra, uma influência um tanto obtusa
do positivismo e teses rígidas quase deterministas.

Não satisfeito com esse mergulho profundo nas vis-
ceras dos sertões, Euclides estende para a Amazônia sua
visão de choques e revelações. *Contrastes e Confrontos*
(1907) nos ensaios amazônicos de *A Margem da História*
(1909), *Peru versus Bolívia* e diversos fragmentos de
artigos (no inacabado *O Paraíso Perdido*) e mesmo re-
latórios primorosamente redigidos. A ligação de Eucli-
des com o tema é de uma grandeza que vai além do
mero relato científico. Tem uma liga além do racional,
embora não perca a extrema precisão. No prefácio de
Poemas e Canções de Vicente Carvalho, deixa escapar a
ligação telúrica: "Quando nos vamos pelos sertões em
fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encanta-
dos, que só podemos caminhar na terra como os sonha-
dores e os iluminados."

SERTÃO SER

O sertão é uma atitude. Um olhar transversal de
quem cria um olhar contemplativo na rudeza de supe-
ração e cria um encantamento diverso dos urbanos
ou dos litorâneos. Guimarães Rosa é o mestre desse
estado. Rondon, na construção das Linhas Telegráfi-
cas, também teve seu choque de realidade no contato
com os povos indígenas (verdadeiros párias da pátria
massacrados por colonizadores, seringueiros e cate-
quistas) e construiu as bases do indigenismo com Darcy
Ribeiro, os irmãos Villas Boas, Noel Nutels e outros.
Os Bandeirantes avançaram sobre esses povos, rique-
zas e terras na linha da cobiça e saque. Getúlio Vargas
retomou o espírito dos confins com a Marcha para o
Oeste de 1938, a Fundação Brasil Central de 1943, a
Expedição Roncador-Xingu dos Villas, que estimulam
a própria investida de JK até chegarmos a Brasília como
metassintese do tal 50 anos em 5. Tudo em nome do
progresso e para tirar o atraso secular.

SANGUE NA PIEDADE

Sua tragédia pessoal envolveu traição, vingança
e morte (baleado em legítima defesa por Dilerman-
do Assis, amante de sua mulher Dinorah, que reagiu
ao frustrado ataque do escritor). Em julho de 1916,
o filho de Euclides e Dinorah tenta assassinar Diler-
mando. Troca tiros e também morre.

Com a cara e a coragem

*As histórias de dona
Lourdinha, pioneira da
construção de Brasília, onde
foi comerciante, parteira e
motorista de caminhão*



Usha Velasco

Onze horas da noite. Ano: 1959. Cenário: as obras do Plano Piloto, nos imensos descampados abertos no cerrado. Ao longe, um pequeno e solitário vulto atravessa os ermos cobertos de poeira e se embrenha em trilhas no meio do mato, iluminados apenas pela luz da lua. De longe, parece uma criança; ao chegar perto vê-se que é uma mulher jovem. Caminha rumo ao seu alojamento, na 206 sul, depois de um longo dia de trabalho na birosca que montou com autorização de JK, no cantei-



Lourdinha: 17 filhos criados, entre os 24 que gerou. Ao todo são 57 netos, 58 bisnetos e três tetranetos

ro de obras da 109 sul. Carrega numa sacola todo o dinheiro do dia – algo em torno de mil reais, em valores de hoje.

Ela não tem medo de andar sozinha com tanto dinheiro, nem se incomoda em ser uma das raríssimas mulheres no meio de milhares de trabalhadores. “Não tinha perigo não”, garante hoje, ao lembrar os tempos de pioneira. Mas, na verdade, Maria de Lourdes não tinha e não tem medo de nada. Aos 32 anos de idade ela chegou em Brasília com o marido e a primeira meia dúzia dos dezessete filhos que criou, entre os 24 que abrigou no ventre.

Nascida na classe média alta de Fortaleza, Lourdinha foi educada para levar vida de madame. Estudou em colégio de freira, aprendeu bordado, francês, coisas de moça fina. Aos treze anos, porém, apaixonou-se por um motorista de ônibus oito anos mais velho – “o primeiro e único homem da minha vida”, conta. Para consternação da família, casou-se com ele aos catorze anos. O primeiro filho nasceu um dia depois que ela completou quinze. Pouco tempo depois o marido comprou um caminhão, com ajuda de Lourdinha – a vocação da garota para administrar e fazer negócios contribuiu para que nunca faltasse nada em casa.

Mas a moça não era talhada apenas para ser mãe, esposa e administradora. Tinha também vocação para aventureira, tanto que não pensou duas vezes antes de vir morar nas obras da nova capital. “Isso aqui era um poeirão só, minha filha. Ficava tudo vermelho de pó, inclusive as pessoas, dos pés à cabeça. A secura era tanta que a pele rachava de dar sangue”, recorda ela.

Além de cuidar da venda, onde preparava e vendia refeições e quitutes, Lourdinha, nos primeiros anos da cidade, também dirigia caminhão. Ela se revezava com o marido no comando de um pau-de-arara, fazendo o leva e traz de operários entre Brasília e Fortaleza. “A viagem durava oito dias. Você precisava ver como era essa estrada, toda de terra. As árvores eram tão grandes que formavam um túnel”, descreve. “Tinham várias pontes só de dois troncos. A gente precisava passar certinho em cima deles, e sem enxergar nada, porque o caminhão era alto... Eu parava, manda-

va todo mundo descer e passava sozinha. Se errasse o rumo, pelo menos caía só eu”, relata, sorridente.

Assim Lourdinha levava a vida: com um bom humor tão grande quanto a sua inesgotável energia. Cuidava dos negócios, dirigia, dava conta da casa e dos filhos que não paravam de chegar – “era um por ano”. O primeiro nascido em Brasília ganhou o nome de Juscelino, em homenagem ao presidente que a jovem tanto admirava. Nos canteiros de obra ela ainda arranjou tempo para ser parteira, ofício que estudou em Fortaleza, quando recém-casada. “Você sabe que criança gosta de nascer de madrugada, não é? Pois os médicos nem levantavam da cama, mandavam logo bater na minha porta”, recorda.

Nesses tempos de pioneira Lourdinha chegou a andar armada, às vezes de faca, às vezes de revólver. “Tenho um lado cangaceiro”, diz, com ar misterioso. Ela se ruboriza; não gosta muito de falar desse seu lado. Mesmo assim, acaba contando um caso ocorrido ainda em Fortaleza: “Fiquei sabendo que meu marido arrumou uma rapariga. Pois fui lá de peixeira na mão e tirei-o de dentro da casa.”

Não contente, a jovem esposa, grávida de sete meses, com um metro e meio de altura e pesando 47 quilos, voltou no dia seguinte para confrontar a tal rapariga. Levou um chicote que ela mesma fez, com um punhado de fios elétricos, e deu-lhe uma surra “de tirar sangue”. A atitude, surpreendente para uma moça de família, deu resultado. “Depois disso meu marido passou a concordar com tudo o que eu fazia”, diverte-se ela.

Dos dezessete filhos criados, Lourdinha tem hoje 57 netos, 58 bisnetos e três tetranetos. “É muita gente, todo dia nasce um”, exagera. Na Vila do Torto, onde mora, todos a conhecem. Falante, alegre e doce, tornou-se uma espécie de avó adotiva para os vizinhos mais jovens. A vida atribulada que levou não parece pesar nada sobre seus ombros. Nem mesmo um problema na coluna abalou seu bom humor, apesar de tê-la obrigado a abandonar uma grande paixão – dirigir. Aos 82 anos, com os olhinhos brilhando, ela diz: “Acho que Deus perdoou todos os meus pecados, porque minha vida é muito boa.”

Prepare o seu coração

Romper com o papel profissional da vida inteira certamente tem consequências – positivas ou negativas. Programas de preparação prometem facilitar essa transição e ajudar a driblar problemas como depressão e desequilíbrio financeiro

Thais Assunção

A imagem do aposentado de pijama e em frente à TV está ultrapassada. Hoje as pessoas procuram se manter produtivas e preservar a qualidade de vida após a aposentadoria. “Com o aumento da longevidade, a visão sobre essa fase da vida está mudando em muitos aspectos. A maioria das pessoas não pensa em pendurar as chuteiras, porque aos 50 ou 60 anos sentem-se jovens, com energia e, acima de tudo, com desejos de realização pessoal. A tão sonhada aposentadoria tornou-se um período de reali-

zar projetos adormecidos”, afirma a consultora Angela Leal, especialista em recursos humanos e em programas de pré-aposentadoria.

Ela considera que o trabalho é a nossa principal atividade, no sentido de que ocupa mais horas do dia. Ele norteia toda a vida adulta e é um dos principais fatores da nossa identidade como membro de uma sociedade. Além disso, é o maior fator regulador do cotidiano, porque em torno dele nós organizamos horários, rotinas, relacionamentos familiares e sociais.

Portanto, aposentar-se e romper com um papel profissional traz consequências – positivas ou negativas – para a vida social, emocional e financeira. Cada vez mais elaborados, cursos de preparação para aposentadoria podem ajudar a encarar essa nova fase da vida de forma mais agradável e com tranquilidade.

“Os programas de preparação para aposentadoria oferecidos pelas empresas são variados. Uns consistem apenas de informações sobre valores a receber; outros oferecem uma série de informações sobre novos mercados de trabalho, lazer, cursos e outras atividades”, afirma Angela.

Segundo a consultora, hoje há empresas com programas muito bem

estruturados, que vão além das informações básicas. “Essas empresas assumem sua responsabilidade para com aqueles que contribuíram durante tanto tempo para o crescimento da organização”, acredita. “Os programas incluem palestras de sensibilização, apoio psicossocial e orientação sobre projetos para o futuro.”

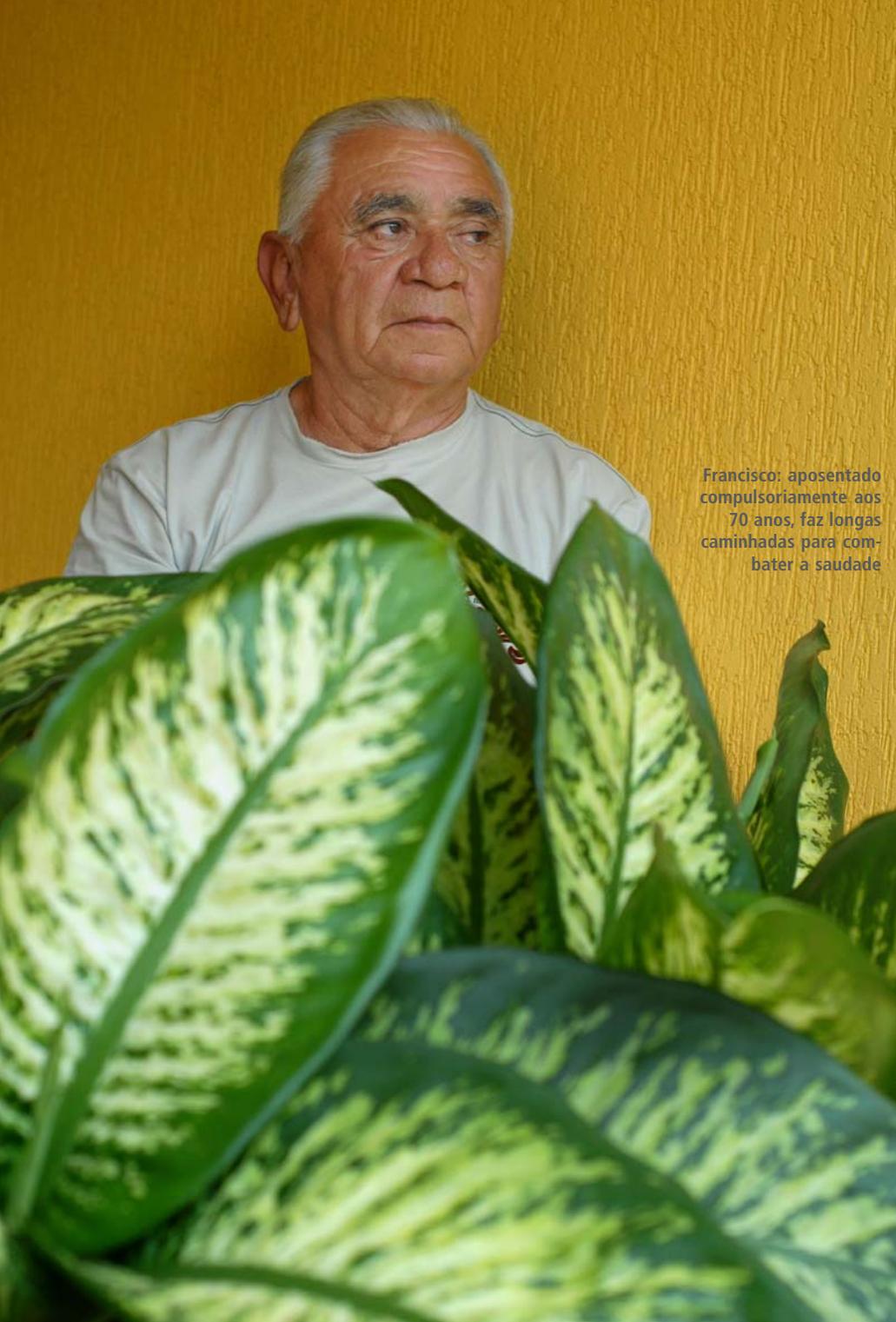
Saudade dos colegas – segundo Angela Leal, “o trabalhador deve começar a pensar na sua vida pós-carreira com uma antecedência mínima de dois anos. Isso significa esboçar um projeto de vida, buscar novos interesses pessoais ou profissionais, resgatar sonhos adormecidos, criar novas alternativas e executar um plano de ação.”

Quanto mais cedo o trabalhador fizer isso, menos traumático será o seu desligamento do ambiente de trabalho. “Muitos sentem dificuldades para elaborar um projeto de vida futura; nesse caso, vale a pena procurar ajuda de um profissional na área de preparação para a aposentadoria”, acredita Angela.

Francisco Ferreira da Silva, servidor do TST, seguiu todos os passos recomendados pelos programas de pré-aposentadoria, mas, quando fala do seu último dia de trabalho, emocionase e não consegue conter as lágrimas.

ANA HELENA PINHEIRO





Francisco: aposentado compulsoriamente aos 70 anos, faz longas caminhadas para combater a saúde

Tempo de aprender

O programa Sempre é Tempo de Aprender – Preparação para a Aposentadoria, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi lançado em 2008. Antes de colocar o projeto no papel e desenvolvê-lo no órgão, a equipe responsável fez um levantamento das organizações que empreenderam esse tipo de programa. Depois de verificar diferentes configurações e atuações na área, elaboraram um roteiro para o programa do STJ.

“A ideia central é ajudar no processo de desligamento do trabalho no STJ. Essa época de transição é um período muito delicado, cheio de nuances; os servidores estão mais sensíveis e suscetíveis. Pretendemos ajudá-los a se fortalecer para enfrentar essa nova etapa da vida”, explica Simone Pinheiro Machado de Souza, do Centro de Estudos da Saúde do STJ.

O programa tem doze módulos, cada um com um tema, como direitos e deveres, saúde financeira, aspectos fisiológicos, envelhecimento, auto-liderança, empreendedorismo e serviço voluntário. O último módulo consiste no acompanhamento dos servidores prestes a se aposentar. “Quando necessário, nós indicamos apoio de psicólogos para direcionar os servidores para o melhor caminho a seguir”, afirma Simone.

Hoje existem vinte pessoas matriculadas no segundo módulo do programa, que tem duração de um ano. “O retorno para o ambiente doméstico é uma das preocupações mais presentes”, relata Simone, “mas as maiores dúvidas que verificamos relacionam-se a direitos e deveres e à realidade financeira”. A redução de salário é um baque para o servidor; o programa procura prepará-lo para lidar com essa nova realidade e adequar as despesas ao salário. “Agimos preventivamente, para que a pessoa não se perca nas contas e tenha problemas financeiros. A aposentadoria deve ser tranquila, sem problemas”, conclui.

“Dá uma coisa no peito e eu tenho que colocar para fora, é melhor do que engolir o choro”, explica.

Ele se orgulha de conhecer todos os ministros que passaram pelo TST e de não ter tido faltas e nem atestados médicos. Pai de três filhos, Francisco foi obrigado a se aposentar porque completou setenta anos e não poderia, por lei, continuar no serviço público. “Agora levo a vida e aproveito a folga andando pelas ruas de Sobradinho”, relata. “Desde que me aposen-

tei, há onze meses, já gastei dois pares de tênis; minha principal atividade hoje em dia é caminhar.”

Apesar do trabalho corrido, da rotina muitas vezes apertada e das marmittas comidas no carro, por conta da pressão, os trinta e cinco anos que Francisco passou no TST trazem boas recordações. Ele visita frequentemente o Tribunal para matar a saudades dos companheiros de trabalho. “Sinto falta dos amigos e da rotina”, confessa.

Quando o sonho se torna um pesadelo

Para a servidora aposentada do TRT Alexandrina Monteiro Garcia Benevides, a tão sonhada fase de descanso acabou se parecendo com um pesadelo. “Sempre me dediquei muito ao trabalho. Chegava às oito da manhã e muitas vezes fiquei até as onze da noite. Eu tinha um cargo de chefia e sofria muita pressão psicológica. Trabalhava nos finais de semana, nem pude acompanhar direito o crescimento dos meus filhos”, recorda a servidora.

Alexandrina conta que o estresse do trabalho levou-a a um quadro de depressão, mas ela conseguiu controlar o problema com a ajuda de remédios, psicoterapia e acupuntura. Porém, começou a sentir fortes dores na coluna. Depois de passar por vários especialistas, recebeu o temido diagnóstico: espondiloartrose degenerativa, que já havia acometido o pai e o avô da servidora.

Foram anos de tratamento, muito sofrimento físico e vários afasta-

mentos temporários do TRT, até o dia em que o médico deu a sentença definitiva: Alexandrina não tinha mais condições de trabalhar e seria obrigada a se aposentar. “Fiquei arrasada. Foi um baque na minha vida”, conta a servidora, que acumulava 26 anos de trabalho.

Mas os problemas de Alexandrina estavam só começando. Ela descobriu que a Lei 8.112 não prevê a hipótese de aposentadoria por espondiloartrose degenerativa; apenas por outra variação da doença, a espondiloartrose anquilosante, e – inexplicavelmente – somente para os homens.

Obedecendo a emendas da Lei 8.112, ela foi aposentada por depressão pela Previdência Social. Hoje, recebe menos da metade do salário que conquistou ao longo da carreira, e conta que o valor está praticamente todo comprometido com empréstimos feitos para comprar remédios. Alexandrina acredita que a espondiloartrose pi-

orou devido à tristeza e à revolta com as injustiças da aposentadoria. Ela sente dores e tem dificuldade para mover o braço esquerdo. Chora escondida da filha, para não preocupá-la ainda mais.

“Eu tinha em mente que a aposentadoria seria uma coisa maravilhosa, mas infelizmente a minha não está sendo assim. Não quero andar para trás, quero ter qualidade de vida, mas financeiramente não tenho condições”, lamenta a servidora.

Ela conta que não teve oportunidade de fazer um programa de preparação para aposentadoria, e acredita que, se tivesse sido melhor orientada, poderia ter evitado a maior parte dos problemas que enfrenta hoje. Alexandrina procurou o serviço jurídico do Sindjus e entrou com um processo de reversão da aposentadoria, que já está em andamento. Mesmo com o rosto abatido e a tristeza no olhar, ela diz estar confiante de que tudo vai se resolver.



Alexandrina: redução de salário e dívidas poderiam ter sido evitadas com preparação prévia para a aposentadoria



Elaine: "Tempo para o netinho"

O projeto é simples: ser avó

Houve uma época em que Elaine Barbosa, técnica administrativa do MPDFT, sonhava em se aposentar para fugir do estresse do trabalho. Mas o tempo foi passando, a rotina foi ficando mais leve e ela se tranquilizou. Foi quando chegou a notícia: sua filha mais velha estava grávida, Elaine seria avó pela primeira vez.

A moça vive em Roraima, e por isso Elaine resolveu se aposentar. Ela não vê a hora de viajar para acompanhar os últimos meses de gravidez da filha. "Eu me sentia realizada com o trabalho, mas agora quero ter tempo para o netinho", explica.

Elaine participou da implantação do MPDFT e está no órgão desde

1988. Esses 21 anos, somados aos quase nove anos de trabalho na antiga Sudep, garantiram a oportunidade de aposentadoria por tempo de serviço. "Eu me orgulho de ter participado das lutas para melhorar o nosso salário, para conquistar o direito ao tíquete-alimentação e ao plano de saúde", conta.

Os planos dessa jovem aposentada são modestos; por enquanto, tudo o que ela quer é curtir o neto. "Antes eu planejava viajar muito, mas agora só consigo pensar em ajudar a minha filha e ver a carinha do bebê. Depois resolvo o que vou fazer com o tempo livre", diz. Se não se adaptar à nova fase de vida, Elaine pretende pedir reversão da aposentadoria.



SUMAP

Venha para o **Clube Bancorbrás** e faça parte do grupo de pessoas que já descobriram a melhor e mais inteligente forma de se hospedar. Funciona assim: você pode comprar até 5 títulos, cada um com 7 diárias para utilizar em mais de **4.000 hotéis** espalhados pelo **Brasil e exterior**. Além disso, você conta com os benefícios do **Clube de Vantagens**, que oferece descontos em diversos estabelecimentos, e toda a segurança da **assistência em viagens**, que você já tem direito a partir de 50 km da sua residência.

APROVEITE OS DESCONTOS NA TAXA DE ADEÇÃO*

(1º título)

40%

(2º ao 5º título)

60%

Clube Bancorbrás

O jeito inteligente de se hospedar.

0800 61 2244

acesse: www.bancorbras.com.br

*Taxa de adesão em até **4x sem juros**. Utilização após pagamento integral da taxa de adesão. Sujeito à avaliação cadastral. Promoção válida até **31/12/2009**.

Planos para o futuro

O que você pretende fazer quando se aposentar? Muitos pensam que essa fase ainda está distante ou que são jovens demais para se preocupar com isso. Porém, consultores especialistas em preparação para a aposentadoria afirmam que todos os trabalhadores devem, desde cedo, se preparar não só financeiramente como também psicologicamente. Manter-se ativo é um dos conselhos para preservar a saúde e a qualidade de vida. Realizar projetos adiados pela falta de tempo também é uma boa ideia. A Revista do Sindjus foi a campo para descobrir o que os servidores planejam.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Eu pretendo montar uma academia e uma floricultura junto com meu filho, ou ainda um pet shop. Estou trabalhando pela realização dos meus sonhos. Já tenho vários projetos para trabalhar com comércio. Ainda faltam cinco anos até eu me aposentar, mas os planos já estão prontos.

Maria Alice Amaral
Madeira, técnica
judiciária do TSE



Tenho me preparado para a aposentadoria, porque faltam apenas cinco anos. Faço pós-graduação em Letras e depois vou estudar Língua de Sinais (Libras), porque quero fazer trabalhos voluntários. Penso ainda em outros cursos com temas que gosto, como culinária ou construção. Mas o que mais quero é trabalhar em projetos sociais, como o Amigos da Escola.

Giovana Barto Tecilesticker,
técnica judiciária do TSE



Penso em me dedicar mais ao lado artístico. Sou ator, escrevo poesias, toco violão. Também gosto de horta, já tenho uma chácara onde planto. Gosto de jogar futebol, tenho várias opções e muito para fazer, não vou parar simplesmente porque me aposentei. Acho que todo mundo tem que procurar uma atividade, não pode só colocar o pijama e ver novela...

João Veiga, técnico
judiciário do TSE



Eu tenho planos de ir para o interior, morar numa chácara. Ou mudar para uma região litorânea. Cansei do clima seco daqui e pretendo fazer uma mudança. Faltam 15 anos para eu me aposentar, mas já estou me preparando. Já comprei a chácara, portanto o sonho está mais fácil de se realizar.

Marcos Medeiros de Carvalho, técnico
judiciário do STM



Penso em adquirir bens que ofereçam segurança financeira. Acho difícil que os servidores públicos se aposentem com o salário integral, por isso fico preocupado. Por enquanto, não entrei em nenhum plano de previdência privada, mas pretendo conquistar minha estabilidade financeira dentro do possível.

Jair Queiroz, técnico judiciário do STM



Eu fiz um plano de previdência privada, pensando no meu futuro. Ainda falta muito tempo, 29 anos, mas procuro me prevenir desde já, porque não sei se a remuneração para os aposentados se manterá até lá. Minha prioridade é manter a qualidade de vida.

Rodrigo Oliveira Corrêa da Silva, analista processual da PRR1



Para me aposentar com integralidade faltam dois anos, mas eu pretendo continuar no meu trabalho, firme e forte. Acho que você pode viver muito bem trabalhando, não precisa esperar a aposentadoria para poder viver, como muita gente pensa. Só quero me aposentar quando realmente houver necessidade.

Nivaldo Pedroza, técnico administrativo da PRR1



Já estou com o tempo de aposentadoria completo. Pretendo passar dois meses sem fazer planos, só descansando. Depois eu vejo o que faço. Por enquanto quero relaxar e curtir o meu merecido descanso.

Rosita Maia Quintino Braz e Silva, técnica administrativa da PRR1



Eu conto os minutos para me aposentar! Primeiro quero viajar e curtir a vida. Depois pretendo continuar a trabalhar, oferecendo consultoria a empresas privadas, na área de informática. Mas sem compromisso de horário. Em janeiro estou oficialmente aposentado.

Edson Severino de Oliveira, técnico administrativo da PRR1



Pretendo me aposentar e ficar longe do serviço público. Eu me aposento daqui a doze anos. Quero viajar e comprar uma chácara. Moro em uma casa grande, com quintal, mas quero mais espaço. Penso em trabalhar na chácara, mas apenas como lazer, para minha realização pessoal.

Rosa Rocha, técnica judiciária do STM



Gostaria de me aposentar com 30 ou 35 anos de serviço, mas, com a lei atual, talvez tenha que trabalhar até os 70 anos. Seria excelente se o servidor público trabalhasse no máximo 35 anos e se aposentasse com salário integral, sem depender da idade. Assim, os servidores dariam mais oportunidades aos jovens.

Gelson Menezes Fernandes, técnico judiciário do STM



Faço muitos planos. Já comprei lotes em Jataí, em Goiás, onde vou construir quitinetes para alugar e aumentar a renda. Nós perdemos todas as gratificações quando nos aposentamos, por isso tenho que buscar essas alternativas. Faltam apenas dois anos para me aposentar, por isso preciso planejar tudo muito bem.

Marilei Pedrito, técnica judiciária do TSE

Os caminhos do afeto

Cerca de onze mil pessoas fazem fila para adotar uma criança, mas os processos esbarram em exigências de cor e idade, problemas de adaptação e gargalos no Judiciário por falta de servidores

Carlos Tavares

Muitas vezes eles começam a ser rejeitados ainda no útero. Essa realidade corrompe a sentença natural do nascer, a certeza de receber amor dentro da própria família biológica. Infelizmente essa é a porta de entrada da vida problemática que aguarda dezenas de milhares de crianças brasileiras, filhos de uma gestação conflituosa e do abandono do Estado.

No Brasil, cerca de 80 mil crianças e adolescentes vivem no sistema de acolhimento institucional à espera de uma família substituta ou de um imaginário retorno ao calor do lar, para en-

cerrar, enfim, o caminho de dúvidas, perigos e incertezas que percorrem dia após dia. Lá fora, na árdua batalha pela sobrevivência, outro exército de rebentos enfrenta situação pior, rejeitados pela sociedade e à mercê da violência, da exploração sexual,

do tráfico, do frio e da fome.

No Distrito Federal, cerca de 800 crianças e adolescentes vivem em abrigos. Eles representam uma espécie de microcosmo desse sombrio universo da infância brasileira – um universo que ameaça se expandir a todo instante, à medida que o tempo passa e os governantes não instituem políticas públicas capazes de cortar o mal pela raiz, ou ao menos de oferecer melhores oportunidades a esses pequenos seres.

“O grande problema da adoção no Brasil é o perfil que as famílias desejam: crianças brancas, recém-nascidas, sem problemas de saúde. Essa não é a realidade dos abrigos”, analisa Walter Gomes, supervisor de adoção da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF.

O que se encontra nas instituições de acolhimento brasilienses e de outras unidades da Federação repercute as origens multirraciais do Brasil (onde 42,6% da população é de pardos e 84,7% dos não-brancos são pardos, segundo o censo do IBGE de 2006) e as bases sociais de um país que demorou demais a ensaiar ações sociais para diminuir as desigualdades entre seus mais de 190 milhões de habitantes. Nos abrigos de Brasília encontram-se principalmente crianças negras ou pardas, acima de cinco anos de idade, boa parte delas com problemas de saúde e que já estão há bastante tempo sob a tutela do Estado ou de entidades de assistência.

Roberto e Maria Helena com os filhos Gabriel (esq.) e Alessandro: um amor construído no dia a dia



EXIGENTES

70%

dos interessados em adotar só aceitam crianças brancas e

80%

exigem que tenham menos de três anos de idade. Porém, apenas

7%

das crianças estão nessa faixa.

Das 800 crianças e adolescentes brasilienses que vivem em abrigos, 168 estão disponíveis para adoção. Desses, 92 são adolescentes e apenas três são crianças de zero cinco anos. A grande maioria está na faixa dos cinco anos aos doze anos de idade e boa parte mora em um dos 21 abrigos do DF há mais de cinco anos.

Alguém pode indagar as razões pelas quais essas crianças e adolescentes estão há tanto tempo em regime de acolhimento institucional (para usar a terminologia da recém-criada Lei da Adoção, em substituição ao bizarro termo *abrigamento*). “A maioria vem de famílias de pais desaparecidos ou são vítimas das drogas e da violência; portanto, seria arriscada a volta ao meio familiar. Nesse caso, ficar em uma instituição, mesmo que por tanto tempo, é uma forma de preservar os direitos de meninos e meninas vítimas da própria origem”, explica Gomes.



“Quero um irmão grande para brincar comigo”

Numa bela manhã, o pequeno Gabriel, com quatro anos, acordou com uma ideia fixa: queria um irmão. Maria Helena da Silva, servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com uma filha de 23 anos, tomou um susto e respondeu que não; estava pronta a fazer qualquer coisa por ele, mas um irmão era impossível. O menino não quis saber de conversa e ainda completou o pedido: “Eu quero um irmão grande, para brincar comigo.”

Maria Helena contou ao marido e os dois riram de mais essa tirada do filho. Mas a ideia foi amadurecendo. No dia do aniversário de cinco anos de Gabriel, a mãe soube que uma família havia devolvido à Vara da Infância um garoto de sete anos, porque não conseguiu cumprir o difícil e delicado ritual de adaptação.

Pais adotivos, psicólogos e assistentes

sociais garantem que a adoção tardia não é fácil. “A criança já passou por algum tipo de abuso moral ou físico, algum tipo de distúrbio familiar. A família que adotou Alessandro não estava preparada”, explica Maria Helena. “Costumo dizer que o nosso caso foi atípico, foi muito rápido. A adaptação não durou sequer dois meses, quando, normalmente, demora cinco ou seis meses”, observa.

O tema da adoção tocou-a tanto que ela pediu transferência para a VIJ. Perdeu a gratificação por um cargo na área de informática do TJ, mas afirma que nunca se sentiu tão bem no trabalho. Formada em Letras, por enquanto ela lida mais com a parte burocrática dos processos, mas passou no vestibular da UnB para Pedagogia. Vai fazer o curso para se tornar membro da equipe de atendimento psicossocial.

A técnica da VIJ faz parte de um grupo de mães e pais adotivos que procuram se reciclar e fazer acompanhamento psicológico para que o processo de adaptação não sofra arranhões domésticos. Ela integra o grupo Aconchego, da psicóloga Soraya Pereira (leia na próxima página), e aconselha a todos que enveredam pelo caminho da adoção a ouvir e seguir o exemplo daqueles pais que já passaram por isso.

“Os laços biológicos não garantem a construção do afeto. Os laços de relacionamento sim. Eles constroem o amor, o respeito pelo outro e a firmeza. O que sinto pelo Alessandro é o mesmo que sinto pelos outros filhos”, atesta Maria Helena. E acrescenta uma sentença fundamental na vida de qualquer pessoa: “É indescritível a sensação de gerar amor, ser capaz de amar e de ser amada.”

Prazo polêmico

Entre diversos pontos interpretados como vantagens por especialistas da área, a nova Lei Nacional da Adoção estabelece um prazo de dois anos para a criança ou adolescente permanecer em um abrigo. É um limite impossível de ser cumprido, mas que pelo menos serviu para dar visibilidade a um assunto que muita gente ignora. Segundo pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros, 37,4% da população demonstra total desconhecimento sobre os caminhos legais da adoção.

Para a psicóloga Soraya Pereira, vai levar algum tempo para que as novas regras sejam aplicadas de forma eficaz. "O mais importante é que as instituições de acolhimento e o sistema jurídico passam a ter um compromisso determinante no estudo e na agilidade do processo. Dois anos é um prazo para se trabalhar em cima; não é o ideal, mas é um avanço, porque nem existia prazo", avalia.

A psicóloga é mãe de duas crianças adotadas: Ugo, que chegou com um ano e hoje tem quinze; e Thainá, que veio aos quatro anos e está com treze, no aconchego da família de Soraya e Sebastião Pereira. "Meus filhos não saíram de mim, eles entraram e entram cada dia um pouquinho. Essa é a verdadeira construção de vínculo afetivo. O vínculo não é garantido por sanguinidade; é formado por uma construção de confiança, respeito e amorosidade da relação", explica. Há doze anos Soraya comanda um grupo de acompanhamento de adoção tardia. Os pais se reúnem todo mês para discutir o processo de adaptação.

Ela vê, na questão do prazo de dois anos, um perigoso gargalo da nova lei, porque induz ao retorno a uma família possivelmente problemática, com problemas financeiros e históricos de violência e alcoolismo, por exemplo. Isso representaria um baque desastroso na vida da criança ou do adolescente.

"Se as crianças não podem ficar na família biológica ou na família substituta, têm que permanecer na instituição. O que precisamos é de mais agilidade, mais profissionais no sistema judiciário e nas instituições de acolhimento", observa a psicóloga.

Policarpo, coordenador-geral do Sindjus, adota a mesma linha de reflexão: "Para que a nova lei se concretize, é preciso investir na ampliação de concursos, porque não há psicólogos e assistentes sociais à disposição nas três mil varas da infância e da juventude no país. A lei exige orientação psicológica para mães que queiram entregar seus bebês e para os candidatos a pais, mas não é possível fazer isso por causa do déficit de servidores. Se o Estado não agir com rapidez, essa será uma lei tão perfeita quanto uma casa que se começa a construir pelo telhado", compara.

"Se as crianças não podem ficar com a família, precisam permanecer na instituição", afirma a psicóloga Soraya Pereira





Déficit de servidores

A nova lei de adoção foi recebida com ressalvas por quem lida diretamente com o assunto, como é o caso do supervisor de adoção da Vara da Infância Walter Gomes, que há mais de quinze anos trabalha nessa área. Para ele, trata-se de uma lei idealizada para um cenário imaginário. “O Estado não oferece estrutura para a aplicação das regras”, afirma.

Como exemplos da ausência de recursos humanos e materiais, Walter cita um número preocupante: em Brasília, mais de quinhentos processos estão parados na Vara da Infância, aguardando estudos psicossociais.

Isso significa que, na corrida de revezamento processual, alguém esqueceu de passar o bastão adiante — ou por falta de pessoal ou porque algum aspecto burocrático retardou análises cadastrais e decisões judiciais. Muitas vezes essas decisões demoram a sair por falha na própria estrutura do Poder Judiciário.

“Somos nove pessoas para fazer de tudo: análises de situações familiares, relatórios, acompanhamento psicológico e social. Aliás, os acompanhamentos já eram feitos antes da lei, com as famílias interessadas em adoção. Esse universo se amplia a cada ano, mas a nossa estrutura permanece a mesma”, mostra Walter.

Entretanto, a situação da Justiça da Infância e da Juventude poderia ser muito

mais caótica se o batalhão de candidatos a pais adotivos soubesse trilhar o caminho correto. Pesquisa recente do Conselho Nacional de Justiça indicou que 65% das pessoas que querem adotar uma criança procuram abrigos e maternidades, quando o primeiro passo deve ser dado em direção às varas da infância.

Walter Gomes afirma que a nova lei complica a inscrição de possíveis pais e acrescenta despesas para os candidatos: “O artigo 197 diz que os postulantes apresentarão uma petição judicial. Sendo assim, é necessário contratar advogado ou recorrer à Defensoria Pública. Diz também que o MP pode designar audiências com postulantes e testemunhas e requerer documentos complementares, o que retardaria ainda mais a habilitação.”

No texto lê-se também que os autos terão que ser remetidos para manifestação do MP pelo menos duas vezes. E mais: determina-se que os postulantes participem de um programa oferecido pela Justiça da Infância. “Aqui temos duas questões nevrálgicas. O Judiciário não tem pessoal suficiente para a preparação psicossocial e jurídica dos interessados. Poucas são as varas da Infância com equipe multidisciplinar”, explica Gomes, e indaga: “Se a lei exige preparação prévia dos candidatos a pais, quanto tempo levará para o juiz proferir a habilitação?”

Walter: “O Estado não oferece estrutura para a aplicação das regras”



DESENCONTRO

37%

da população desconhece os caminhos legais da adoção.

65%

das pessoas procuram uma maternidade ou um abrigo, não a Vara da Infância. Enquanto isso, na VIJ do DF, mais de

500

processos estão parados por falta de estudos psicossociais.

Carinho *versus* preconceito

A casa em Taguatinga Norte não tem placa que indique funcionar ali uma creche diferente das outras. Mas lá dentro, assim como na mídia e no mundo virtual da internet, ela é conhecida pelo sugestivo nome de Vida Positiva. Ali vivem dezesseis crianças e adolescentes, nove deles soropositivos em tratamento.

É uma pena, mas em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, só é possível publicar aqui o nome da fundadora da ONG, a estilista Vicky Tavares, que largou o mundo fashion das passarelas, onde brilhou nas décadas de 1980 e de 1990, para cuidar de crianças em situação de risco e muitas vezes com graves problemas de saúde.

Entre os vários fatores que definem o êxito da Vida Positiva, o mais importante, em termos clínicos, é o protocolo de controle médico dos nove meninos e meninas em tratamento da aids, assinado por voluntários da rede pública de saúde, especializados na doença. As crianças e ado-

lescentes alcançaram o nível zero de carga viral em menos de quatro anos de terapia, que combina uma boa e balanceada alimentação com o uso de medicamentos anti-retrovirais. Todos eles herdaram a doença dos pais, que eram moradores de rua ou estavam envolvidos com drogas. Muitos dos pais já morreram; de outros, ninguém dá notícia. Os que ainda estão vivos recebem algum tipo de ajuda da ONG e seus parceiros.

A maioria dos meninos acolhidos na casa da Vida Positiva carrega outra síndrome, igualmente grave e mais visível: a do preconceito. Sofrem desse mal na escola e na rua, mas Vicky afirma que já foi pior. Ela lembra que um professor de música se recusou a aceitar uma das meninas da casa como aluna, ao saber que ela era portadora do HIV. "Isso é desumano, ainda mais vindo de alguém que supostamente seria mais sensível que a maioria, porque lida com arte, com música", espanta-se ela.

A menina, que vamos chamar de Laís, está hoje com 16 anos, é a primeira da classe na escola particular onde estuda e leva uma vida tão normal quanto a de outras adolescentes com sede de viver. Laís é a mais antiga do grupo; é bonita, meiga e vaidosa. Chegou na casa de Vicky com menos de sete anos e pesando apenas seis quilos. Tinha o corpo coberto de marcas e manchas, graves sinais de que a síndrome sairia vitoriosa da luta, dada como perdida pelos médicos.

Aos nove anos, ainda pesava os mesmos seis quilos e passava muito mais tempo no hospital do que em casa. "A médica disse que era o fim, não havia mais o que fazer, mas eu insisti. Disse a Laís: se você quiser viver, vai viver", lembra Vicky. Ela tem uma receita simples para todos que enfrentam a doença: "O que mata mais é a depressão. Doenças oportunistas como tuberculose e pneumonia pegam carona na tristeza", explica, enquanto mostra os cômodos da casa, cercada de crianças que não a largam um instante durante as visitas diárias.



Vick Tavares: "Só pensava nos meus meninos"

Os milagres da Vida Positiva

No Brasil existem cerca de onze mil candidatos para duas mil crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Os dados do Cadastro Nacional de Adoção, criado no ano passado, mostram que as restrições ao perfil da criança ajudam a entender essa matemática. Segundo o Cadastro, 70% dos interessados só aceitam crianças brancas e mais de 80% exigem que tenham menos de três anos de idade. No entanto, somente 7% dos adotáveis estão nessa faixa etária.

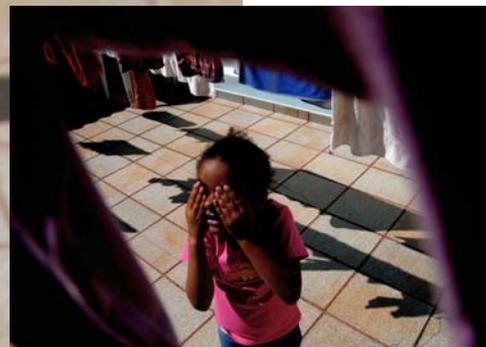
Para crianças com problemas de saúde, as chances de encontrar uma família são ainda menores. Mas há exceções, como o caso dos gêmeos Lucas e Mateus (nomes fictícios), recolhidos aos quatro anos de idade num semáforo da capital, onde os pais os usavam para pedir esmolas. Os dois meninos foram levados para a Vida Positiva e adotados por um casal, após o período de adaptação exigido por lei.

"Foi amor à primeira vista", conta Vicky. "Nunca vi uma coisa daquelas. Lu-

cas, quando viu o futuro pai, sorriu e deu logo um abraço. Mateus correu para cima deles também." Lucas herdou da mãe, alcoólatra e viciada em tinner, um câncer de fígado que finalmente poderá ser interceptado com um transplante. A doadora é a mãe adotiva. A cirurgia será este ano; além da família dos gêmeos ninguém mais está mais feliz e esperançosa que Vicky.

"Você precisava ver como eles chegaram aqui. O Lucas tinha uma barriga enorme, fruto da doença. Mateus é saudável, mas se continuassem na rua teriam morrido", afirma ela. Vicky acredita que Lucas será o segundo milagre da Vida Positiva, após a "ressurreição" de Laís.

Vicky se emociona toda vez que narra a história dos meninos. Quando os gêmeos foram embora, ela chegou a cair em depressão de tanta saudade. "Não queria saber de nada, só pensava nos meus meninos", conta. Aos poucos consolou-se, com a certeza de que eles estavam felizes no lar que os acolheu.



Crianças e adolescente abrigados na Vida Positiva: atenção, carinho e tratamentos de saúde

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Uma vida de doação

A rotina de Inês, entre os riscos do trabalho como oficial de justiça e a dedicação ao Lar dos Velhinhos, onde é voluntária desde menina

Inês no Lar dos Velhinhos: "Até hoje consegui trabalhar, criar meus quatro filhos e cuidar dos idosos"



Uma pessoa agitada, que adora desafios, Inês Miranda equilibra-se entre a vida profissional e a vida de voluntária. Diretora do Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes, em Sobradinho, ela comparece todos os dias à instituição, onde trabalha na administração e dá aulas de artesanato.

“É meio complicado conciliar o meu trabalho no Judiciário com as atividades voluntárias”, diz a servidora, que é oficial de justiça do TJDF há 22 anos. “Acho que a minha função no TJ é mais arriscada que a de um policial, porque o policial pelo menos anda armado”, com-

para ela. Mas Inês não reclama: “Até hoje consegui trabalhar, cuidar dos meus quatro filhos e ajudar os velhinhos. Quando me aposentar ainda terei três atividades: ser voluntária, mãe e avó.”

Ajudar o próximo: esse ensinamento Inês aprendeu com a mãe e jamais esqueceu. Com sete filhos, sua mãe se mudou de Taguatinga para Sobradinho com um objetivo: ajudar o Lar da Infância Eurípedes Barsanulfo, instituição que abriga crianças carentes. Essa mudança foi marcante para a pequena Inês: “Hoje é difícil falar da importância da atividade voluntária para mim, porque ela faz

parte da minha vida. Desde os onze anos de idade eu estive muito envolvida com isso”, relata.

“O trabalho voluntário tem um retorno, ele gera uma satisfação muito grande”, garante a oficial de justiça. Há dezesseis anos Inês doa seu tempo, sua energia e sua criatividade ao Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes. Começou com uma pequena ajuda semanal, mas, devido à carência financeira e de atividades recreativas, envolveu-se cada vez mais nos projetos para estimular os idosos e para garantir o sustento do local.

Inês sempre se interessou por artesanato, mas nunca teve oportunidade de colocar a mão na massa. Até que um dia teve a ideia: por que não unir esse interesse às atividades com os idosos? “Decidi fazer reciclagem de papel, uma atividade que não necessita de muito esforço físico. Foi assim que criamos a oficina do papel, onde fazemos trabalhos manuais, agendas e objetos de decoração”, explica.

O crescimento foi tão grande e tão rápido que Inês precisou firmar parcerias. Hoje, a Vara da Infância e Juventude e o TJDF encaminham adolescentes para cumprir medidas socioeducativas e prestação de serviços à comunidade no Lar Bezerra de Menezes. Eles ajudam nos trabalhos artesanais e no acabamento das peças, trabalhando ao lado dos idosos.

Hoje o Lar Bezerra de Menezes produz todo o material para desenvolver a oficina do papel – as agendas, por exemplo, são feitas com mamona. A reciclagem do papel também é desenvolvida lá. Mas, como o trabalho mais pesado ficava por conta dos adolescentes, Inês criou uma nova atividade para aumentar a participação dos idosos e proporcionar a eles o prazer de criar um produto do começo ao fim: a oficina de papel machê.

“Essa técnica é fácil e leve, todos podem fazer, e o resultado é rápido”, explica a oficial de justiça. “Por enquanto, não fizemos nenhum curso de papel machê; tudo é na base da experimentação”, relata, com um sorriso nos lábios pelo trabalho realizado.



ARTHUR MONTEIRO

DOE TAMBÉM

Se você quer fazer um trabalho social mas não sabe o quê ou onde, conheça a campanha de voluntariado do Sindjus em www.sindjusdf.org.br. É só clicar no ícone *Eu Dôo Talento*



Maria Rita

24/10 • 21h • Sindjus Hall (Clube do Servidor, Setor de Clubes Norte)
Ingressos grátis para os servidores que aderirem ao programa Viver Cultura

www.vivercultura.com.br